

METODOLOGIA PARA MENSURAÇÃO DA ECONOMIA DO TURISMO EM MUNICÍPIOS: ESTUDO APLICADO EM JUIZ DE FORA*

Drielli Raquel Vardieiro de Oliveira*, Mariana Pereira Chaves Pimentel** & Caio César Soares Gonçalves***

Resumo

Por se tratar de um fenômeno complexo constituído de atores das mais diversas cadeias produtivas, o turismo mostra-se como um desafio no que tange a estimação de sua composição e participação econômica. Este trabalho busca mensurar a contribuição do setor de turismo para o município de Juiz de Fora – MG através do Valor Adicionado – VA pelas Atividades Características do Turismo – ACT's. Constatou-se uma escassez de trabalhos centralizados na apresentação de metodologias capazes de balizar tal mensuração, portanto, a publicação de Gonçalves et. al (2020), ao mensurar a participação do turismo a nível estadual, mostrou-se de fundamental importância ao nortear a criação do método então apresentado, para o nível municipal. Para isto, foram utilizados dados do lado da oferta turística, obtidos dos bancos de dados do Sistema de Contas Regionais - SCR e da Relação Anual das Informações Sociais - RAIS, ambos geridos e alimentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE o que os torna compatíveis. Tal mensuração se deu através da criação de um método que dispõe de equações para o cálculo da proporcionalidade dos dados estaduais, através da aplicação de regra de três simples para obtenção do VA em nível municipal. Como resultados tem-se que o setor de turismo representa, em média, 4,55% do Valor Adicionado Bruto total de Juiz de Fora e 0,112% do Valor Adicionado Bruto Nacional, o que pode impulsionar a criação de políticas de investimentos que fomentem este setor no município.

Palavras-chave: Turismo; Economia do turismo; Valor adicionado; Atividades características do turismo; Juiz de Fora.

METHODOLOGY FOR MEASURING THE TOURISM ECONOMY IN MUNICIPALITIES RESEARCH APPLIED IN JUIZ DE FORA

Abstract

Tourism is a complex phenomenon consisting of different factors from the most diverse supply chains, tourism is a challenge in terms of estimating its composition and economic participation. This research seeks to measure the contribution of the tourism sector to the city of Juiz de Fora, Minas Gerais, Brazil. Through the Value Added (VA) by the Tourism Characteristics Activities (TCA). It was found a scarcity of literature centered on the presentation of methodologies capable of balancing such measurement, therefore, the publication of Gonçalves et. al (2020), by measuring the participation of tourism at the state level, proved to be of fundamental importance in guiding the creation of the method then presented, for the municipal level. For this, data from the tourism supply side were used, obtained from the Regional Accounts System - SCR and from the Annual Social Information Report - RAIS, both managed and provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE, which makes them compatible. This measurement was made through the creation of a method that utilize equations to calculate the proportionality of the state data, by applying a simple rule of three to obtain the VA at the municipal level. The results show that the tourism sector represents, on average, 4.55% of the total Gross Value Added in Juiz de Fora and 0.112% of the National Gross Value Added, which can encourage the creation of investment policies that promote this sector in the city.

Keywords: Tourism; Tourism economics; Value added; Tourism Characteristics Activities; Juiz de Fora.

METODOLOGÍA DE MEDICIÓN DE LA ECONOMÍA TURÍSTICA EN MUNICIPIOS INVESTIGACIÓN APLICADA EN JUIZ DE FORA

Resumen

Por tratarse de un fenómeno complejo, compuesto por actores de las más diversas cadenas productivas, el turismo representa un desafío a la hora de estimar su composición y participación económica. Este estudio busca medir la contribución del sector turístico al municipio de Juiz de Fora - MG a través del Valor Agregado - VA por las Actividades Características del Turismo - ACTs. Han sido escasos los trabajos centrados en presentar metodologías capaces de fundamentar esta medición, por lo que la publicación de Gonçalves et. al (2020), que midió la participación del turismo a nivel estatal, resultó de fundamental importancia para orientar la creación del método aquí presentado, para el ámbito municipal. Para ello, se utilizaron datos de la oferta turística, obtenidos a partir de las bases de datos del Sistema de Cuentas Regionales (Sistema de Contas Regionais - SCR) y de la Relación Anual de las Informaciones Sociales (Relação Anual das Informações Sociais - RAIS), ambas gestionadas y alimentadas por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), lo que las hace compatibles. Esta medición se realizó creando un método que dispone de ecuaciones para calcular la proporcionalidad de los datos estatales, aplicando una regla de tres simple para obtener el VA a nivel municipal. Los resultados muestran que el sector turístico representa, en promedio, el 4,55% del Valor Añadido Bruto total de Juiz de Fora y el 0,112% del Valor Añadido Bruto nacional, lo que podría incentivar la creación de políticas de inversión para promover este sector en el municipio.

Palabras clave: Turismo; Economía del turismo; Valor agregado; Actividades características del turismo; Juiz de Fora.

1 INTRODUÇÃO

Em função do envolvimento de diversos setores produtivos da economia, além de seus possíveis atores nas mais diversas dimensões sociais, culturais e econômicas, o turismo mostra-se como um fenômeno complexo de variadas possibilidades no que tange a sua conceituação e análise.

O presente trabalho busca mensurar a dimensão do turismo em Juiz de Fora – MG através da obtenção do Valor Adicionado para as Atividades Características do Turismo - ACTs e usa como referência as informações em âmbito estadual, contidas nos bancos de dados oficiais do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O aporte para o entendimento inicial das metodologias existentes para a mensuração da Economia do Turismo se deu através de revisão bibliográfica realizada a fim de compreender o universo de publicações sobre o referido tema. Diante das limitações dos estudos nesta área, trabalhos como o de Casimiro Filho (2002), Takasago e Mollo (2008), Takasago et. al (2010), Rabahy (2019) se mostraram fundamentais para a interpretação deste universo, embora não estejam centralizados nas necessidades auferidas durante o desenvolvimento deste ensaio.

Uma nova pesquisa foi realizada para o tema Valor



Licenciada por Creative Commons
4.0 / Internacional
CC BY 4.0

* Esta é a versão original em português do texto que apareceu em inglês na revista russa "Service and Tourism: Current Challenges", cf. Oliveira, D. R. V. de, Pimentel, M. P. C., & Gonçalves, C. C. S. (2022). Methodology for measuring the tourism economy in municipalities: Research applied in Juiz de Fora (Brazil). *Sovremennyye problemy servisa i turizma [Service and Tourism: Current Challenges]*, 16(2), 65-80. doi: 10.24412/1995-0411-2022-2-65-80.

** Bacharel em Administração de Turismo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. [drvardieiro@gmail.com]

*** Doutora em Ciências Sociais, Professora. Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. [mariana.chaves@uff.br]

**** Pesquisador. Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informação, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. [csgonc@gmail.com]

Adicionado e contatou-se a escassez em trabalhos nesta vertente, assim, as publicações de Gonçalves (2016), Gonçalves & Castellane (2018) e Gonçalves et. al (2020), sobretudo este último, fundamentaram a metodologia desenvolvida nesta pesquisa. Em seu trabalho, Gonçalves et. al (2020) desenvolvem uma metodologia para a mensuração da dimensão do turismo em Minas Gerais, o que, em termos gerais, norteou as fontes de pesquisa, bem como as possibilidades para o desenvolvimento da metodologia própria apresentada a seguir.

Para realizar a mensuração do setor de turismo foi utilizado recorte das ACTs de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0. Como fontes de informações foram consultadas a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e a tabela Contas da Produção 2010 - 2018, desenvolvida pelo IBGE através do SCR - Sistema de Contas Regionais, ambas compatíveis no que tange a classificação de produtos e atividades.

Segundo Gonçalves et. al (2020), embora as recomendações internacionais da OMT – Organização Mundial de Turismo para a mensuração da atividade turística preconizem o emprego de dados pelo lado da demanda, as fontes oficiais no Brasil, dispõe, majoritariamente, de informações pelo lado da oferta, fator este que não impede a obtenção dos resultados preteridos. Estas informações não decompõem o valor do consumo interno (população local) e dos não residentes (turistas).

A partir dos dados referentes aos vínculos empregatícios totais no estado de Minas Gerais e ao Valor Adicionado Bruto correspondente aos grupos de atividades consideradas turísticas - transporte, armazenagem e correio; serviços de alojamento e alimentação; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares e artes, cultura, esporte e recreação – foram desagregados os valores correspondentes à Juiz de Fora e aplicado o método de proporcionalidade através de equações pautadas em regra de três simples, para a obtenção do VA das Atividades Características do Turismo a nível do município.

Foram apresentadas as etapas da construção da metodologia, que se pode considerar inédita no que tange a ausência de trabalhos anteriores cuja centralização esteja em mensurar a contribuição econômica do turismo através do Valor Adicionado das ACTs em nível municipal. Ainda são relacionadas as suas limitações, estando entre as principais o fato de os dados coletados estarem pautados no lado da oferta turística, o que restringe os dados apenas às informações disponíveis oficialmente; a não linearidade dos setores turísticos a nível municipal e o desafio apresentado pela não contabilização oficial dos empregos informais no setor.

O presente trabalho busca encontrar uma forma de mensuração da participação econômica do setor de turismo, através Valor Adicionado - VA pelas Atividades Características do Turismo – ACTs em nível municipal e, aplicá-lo para a cidade de Juiz de Fora – MG. especificamente, visa-se:

- realizar uma revisão bibliográfica para identificação de metodologias de mensuração do Valor Adicionado pelas Atividades Características do Turismo (ACTs);

- Identificar os dados e das bases necessários e disponíveis para a mensuração do Valor Adicionado das ACTs em nível municipal;
- Produzir a montagem do banco de dados e realizar a aplicação de cálculos (caso necessário) e demonstração dos resultados.

2 ASPECTOS DA ECONOMIA DO TURISMO

Em sua complexidade, o turismo pode ser observado tanto como fenômeno sociológico, no que tange à diversidade de interações possíveis entre turistas e habitantes locais em um destino turístico, quanto como uma atividade, no que diz respeito à prática deste fenômeno nas esferas econômica, social e cultural, não estando dissociadas as duas percepções. (Panosso Neto, 2009; Pimentel, 2017). Enquanto atividade, o turismo costuma ser considerado um dos setores mais promissores da economia mundial, sendo responsável por grande parte do Produto Interno Bruto - PIB de diversas localidades, sobretudo em grandes potências mundiais.

Em termos econômicos, é de fundamental importância que a participação do turismo possa ser mensurada através de fontes confiáveis e atualizadas, construídas através de dados oficiais, para que sejam capazes de fornecer informações para a tomada de decisões em níveis federal, estadual e local. Em razão da escassez destes dados, a mensuração da contribuição do turismo na economia se torna um desafio e, no caso do Brasil, vem sendo necessária a adaptação das metodologias utilizadas internacionalmente ao nível das informações disponíveis em fontes nacionais. (CASIMIRO FILHO, 2002; TAKASAGO Et. Al, 2010; Gonçalves et. al, 2020)

Entende-se por contribuição do turismo a participação efetiva desta atividade na economia. Takasago et.al (2010) e Gonçalves & Castellane (2018) destacam a importância do dimensionamento desta contribuição, de modo desagregado, para subsidiar políticas públicas prioritárias, capazes de fomentar o turismo e potencializar a geração de emprego e renda.

No Brasil, somente nos anos 80, quase 20 anos após a criação da EMBRATUR em 1966, o turismo aparece nas contas nacionais – através da média de gastos dos turistas. A partir de então, surgem os primeiros investimentos em bases de dados oficiais. (Brasil, 2007). A ausência de informações culminou na escassez de dados capazes de nortear a mensuração da contribuição socioeconômica do turismo, sobretudo em níveis regionais, o que pode levar ao insucesso de algumas pesquisas, além disso, a complexidade em determinar as atividades que compõe a atividade turística também se apresenta como um fator dificultador no processo de mensuração. (CASIMIRO FILHO, 2002; BULL, 1991 Apud. CASIMIRO FILHO, 2002; Gonçalves Et. Al, 2020)

Ante aos desafios, pesquisadores da economia do turismo vêm desenvolvendo e/ou adaptando metodologias que se pautam no lado da oferta turística. Embora as recomendações internacionais da OMT preconizem as análises a partir da demanda, no Brasil se detecta uma carência em dados deste tipo, logo, se faz necessária a adaptação para essa realidade.

Segundo Gonçalves et. al. (2020), para criar uniformidade nas comparações das estatísticas a nível internacional, a OMT desenvolveu a Classificação Internacional Uniforme das Atividades Turísticas – CIUAT, o que possibilitou a delimitação das ACTs. Ainda de acordo com o mesmo autor:

No Brasil, a classificação de atividades econômicas oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos cadastros e registros da Administração Pública é a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE. O IBGE, em seus estudos sobre o turismo no Brasil, compatibilizou as Atividades Características do Turismo com a CNAE na sua versão mais recente (2.0). O Sistema de Informações Integrado do Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (Gonçalves et. al, 2020, p. 92)

A Tabela 1, apresentada na seção de anexos, relaciona cada uma das ACT's, a nível "subclasse", em seus respectivos grupos de atividades turísticas de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, em sua versão mais atualizada, CNAE 2.0.

A partir da delimitação destas atividades, torna-se possível a desagregação de dados relevantes e específicos no que se referem aos números do setor. Diante dos resultados obtidos, é possível constatar, em valores aproximados, o volume da participação de determinada atividade na economia e permear a apresentação e análise de índices norteadores de ações que visem ao desenvolvimento e fomento do turismo em âmbito federal, regional ou municipal.

Segundo Santos (2016), embora a academia venha estudando o turismo desde a década de 1970, os resultados de tais estudos surgem a partir dos anos 80 e ganham força ao longo do tempo. Desta feita, o autor analisa o histórico dos estudos sobre a economia do turismo no país e evidencia uma série de produções que se destacam por suas contribuições em âmbito nacional. Para efeitos deste ensaio, pode-se destacar que autores de grande relevância, cujos estudos preconizam o dimensionamento do turismo e/ou seus impactos econômicos, utilizaram-se da matriz insumo-produto para avaliação da relação entre os setores considerados turísticos e, as ligações entre produção e insumos, igualmente, a relação de equilíbrio entre demanda e oferta.

O primeiro estudo foi realizado pela EMBRATUR em 1991 e buscou dimensionar a produção e a renda geradas pelo turismo no país. Já em 2002, Abrahão Rabahy e Décio Kadota, por uma solicitação da EMBRATUR, desenvolveram um estudo que foi o primeiro a distinguir a participação do turismo em cada atividade econômica característica do setor, produzindo resultados representativos do turismo em si, e não das ACTs. Por isso, esse estudo pode ser classificado como a primeira versão brasileira da Conta Satélite do Turismo (CST). Em seguida, e no mesmo ano, Casimiro Filho (2002), a partir da matriz insumo-produto, também aplicada no estudo anterior, apresentou as relações intersetoriais das ACTs e mediou os impactos destas na produção e geração de emprego e renda, embora não tenha apresentado a distinção entre o consumo turístico e não turístico (geralmente realizados pela demanda local).

Em 2003, o IBGE tornou-se o responsável pela criação da CST, porém, encontrou a mesma limitação para a distinção dos tipos de consumo – turístico e não turístico, assim, ainda nos tempos atuais, o Brasil não possui este sistema que, em âmbito internacional, mostra-se de suma importância para o monitoramento e mensuração da economia do turismo, sua capacidade de geração de emprego e renda e sua efetiva participação, em muitos países.

2.1 Economia do Turismo (Demanda, Oferta, Emprego e Renda)

Em se tratando dos aspectos econômicos que caracterizam o setor de turismo e as forças que movem este mercado, torna-se salutar a observação dos conceitos da demanda e oferta no mesmo.

Segundo Santos & Kadota (2012), os determinantes da demanda são o preço do produto, a renda e os gostos do consumidor, ou seja, tendo em vista que o consumidor não dispõe de meios suficientes para comprar tudo o que deseja, a escolha de como empregar os recursos financeiros se torna uma decisão estratégica. Com base na própria restrição orçamentária, o consumidor fará suas escolhas buscando aumentar seu nível de satisfação consumindo produtos que lhe parecem ter a utilidade (qualidade) maximizada. Logo, demanda turística pode ser compreendida como a expressão da escolha do consumidor – o turista, diante dos aspectos que compõe a oferta do produto turístico.

A oferta é o resultado da interação de múltiplos elementos que dão origem ao produto turístico e podem estar contidos em diversos setores da economia, não necessariamente caracterizados como setores turísticos. Suas categorias podem variar entre Recursos Naturais, Recursos Culturais, Serviços Turísticos, Infraestrutura e Serviços Urbanos. Deste modo, pode-se entender oferta como o conjunto de bens e serviços disponíveis para a satisfação dos desejos e necessidades do consumidor - o turista e, portanto, apresenta-se como fator preponderante na geração de emprego e renda, uma vez que envolve diversos atores em sua cadeia produtiva (Nodari, 2007).

Casimiro Filho (2002) aponta em seus resultados que, a partir de investimento em alguns setores da economia, o turismo estaria entre os maiores potenciais de geração de emprego e renda do país. Outra evidência é a de que, nos anos 2000, o turismo doméstico possuía maior eficiência do que o internacional em relação a unidade de emprego e unidade monetária de impostos indiretos líquidos, renda das famílias e valor adicionado por unidade de acréscimo no consumo dos turistas, apesar de o turismo internacional representar um importante gerador de divisas. Além disso, apesar do ainda baixo percentual de investimentos no setor, o turismo, no período, teve participação de 7,54% do PIB nacional com projeção de aumento.

Takasago e Mollo (2008) e Rabahy (2019) reafirmam a superação do turismo interno em relação ao turismo internacional destacando-o como importante gerador de emprego e renda para as famílias, uma vez que demanda mão-de-obra intensiva. Rabahy (2019) ressalta a importância do valor gasto pelos turistas da região Sudeste no Nordeste que representa 10,88% da arrecadação interna.

Gonçalves et. al (2018, 2020) aponta a capacidade do setor de turismo em gerar emprego e renda, reduzir as desigualdades e fomentar a contribuição no PIB ao mensurar a participação das ACTs fundamentando-se no valor adicionado de cada uma delas.

O Plano Municipal de Turismo de Juiz de Fora – 2020, aqui denominado PMT, apresenta alguns dados sobre a demanda turística local, porém, enfatiza a ausência de pesquisas padronizadas e monitoramento constante desta variável, o que corrobora com diversos autores quando mencionam a escassez de informações deste lado da economia a nível nacional.

Quanto a sua oferta, o PMT aponta que o município conta com uma vasta gama de equipamentos e atrativos turísticos, sobretudo nos setores de Alojamento e Alimentação, e Artes, Cultura e Lazer, com destaque para os inúmeros bares e restaurantes, diversificados espaços e serviços para eventos, ampla rede hoteleira e uma gama de atrativos culturais acessíveis e gratuitos, todos relacionados em seus anexos.

A Tabela 2, nos anexos deste trabalho, dispõe que, em 2018 o setor de turismo empregou, em Juiz de Fora, 7.931 trabalhadores formais nos setores considerados turísticos dentro das ACTs, gerando mais de R\$ 605 mi em Valor Adicionado para o município, o que representa 15,25% do Valor Adicionado Bruto no referido ano.

2.2 Valor Adicionado do Turismo

De acordo com Gremaud, Braga, Vasconcellos & Toneto Jr. (2008) apud Silva et. al. (2020), o Produto Agregado é formado por todos os bens e serviços finais produzidos no país durante um período específico. Nessa definição, três observações são imprescindíveis. Em primeiro lugar, dada à impossibilidade de somar quantidades de uma grande variedade de bens e serviços, o produto de um país é mensurado em termos monetários. A segunda observação refere-se ao caráter temporal da produção agregada; dessa forma, quando considera que a ação produtiva representa um fluxo que se transforma no decorrer do tempo, o produto é mensurado em determinado intervalo de tempo, geralmente obedecendo ao calendário civil. Por fim, deve-se incluir no cálculo do produto somente bens e serviços finais para não ocorrer o erro de dupla contagem, visto que os bens finais incorporam os insumos intermediários.

Segundo os autores, há um método alternativo para contabilizar o produto, que não pela soma direta dos bens e serviços finais produzidos. Esse mecanismo metodológico objetiva contabilizar o produto por através do denominado Valor Adicionado, que é definido como o valor que foi, em cada fase produtiva, acrescido ou adicionado ao valor dos bens intermediários (Silva, 2020).

O Valor Adicionado produzido pelas empresas pode ser entendido pela diferença entre o valor da receita gerada e os insumos requeridos para sua obtenção. Neste ponto, quanto maior for o valor adicionado produzido pela empresa, mais empregos ela poderia gerar e impostos pagar. Assim, é necessário que as empresas adicionem valor para que, este, seja partilhado entre governo, fornecedores, empregados e os próprios proprietários das empresas e assim sejam gerados fluxos de capitais em dado território (Lima, 2017).

Assim, o exame do resultado alcançado pelo Valor Adicionado produzido representa uma análise da eficiência e produtividade das empresas pela mensuração do conjunto da riqueza gerada e distribuída por estas, inclusive com aumento da arrecadação tributária, remuneração com pessoal (emprego), e retenção de lucros para investimentos. (Lima, 2017)

No Brasil, ainda se mostram pontuais os estudos que calculam o Valor Adicionado nos setores da economia, destacam-se as pesquisas oficiais realizadas pelo IBGE que apontam tais valores a nível federal através dos Sistema de Contas Nacionais. Gonçalves et. al (2020) apresentam um trabalho singular para mencionar o tamanho do turismo a nível do estado de MG. Os autores investigam a diferenciação das ACTs entre as Unidades da Federação (estados), tornando possíveis os cálculos de uma medida para a produção turística consistente com as Contas Nacionais e com comparabilidade dos resultados no tempo, no espaço e entre setores em nível regional. (Gonçalves et. al, 2020)

Destarte, a desagregação dos dados fornecidos pelas fontes oficiais em nível Federal mostra-se de fundamental importância para a compreensão e mensuração do tamanho do turismo, tanto para o apontamento da contribuição do setor aos estados, quanto, e principalmente, no caso deste trabalho, para a estimação desta contribuição a nível dos municípios de modo a fornecer aporte de informações capazes de balizar ações que visem ao monitoramento, controle e desenvolvimento da atividade turística pelos mesmos.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho dispõe de uma abordagem quantitativa, embora tenha sido necessária, em determinada fase, a realização de uma revisão bibliográfica de modo a identificar, catalogar e analisar produções precedentes cujo tema central estivesse relacionado aos objetivos supracitados. Ante ao exposto, pode-se inferir que esta é uma pesquisa quantitativa aplicada uma vez que se centra na objetividade, e recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno e as relações entre variáveis com base na análise de dados recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros.

Quanto à sua natureza, é considerada uma pesquisa aplicada, por seu intuito de gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos (Fonseca, 2002), neste caso, a ausência de dados sobre a economia do turismo em Juiz de Fora.

Quanto aos procedimentos, foram utilizados alguns métodos, cada qual com um objetivo. Inicialmente, ainda em novembro de 2019, buscava-se mensurar a contribuição do turismo para o município de Juiz de Fora – MG e os demais municípios que compõe o Circuito Caminho Novo, instituído por meio da Política de Regionalização do Turismo da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais, visando justificar a necessidade de investimentos nos setores locais por parte do poder público e iniciativa privada.

Após uma revisão bibliográfica acerca dos trabalhos que apresentam metodologias para a obtenção de dados, destacou-se o trabalho de cooperação entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e o Ministério do Turismo desenvolvido por Sakowsky (2013) em que elucida

detalhadamente os aspectos e desafios para o levantamento de dados sobre a ocupação do turismo no Brasil. Dentre as informações mais relevantes no norteamento deste trabalho, estão: a) as divergências entre os dados nacionais entre um ano e outro em razão da não uniformidade nas atividades consideradas como pertencentes do turismo até 2012; b) a mensuração dos empregos informais; c) a obtenção do recorte de 08 grupos considerados ACTs com base no direcionamento da OMT – que convergem com o apresentado por Gonçalves (2016); d) a necessidade de capacidade técnica específica para o desenvolvimento de metodologias próprias – conhecimentos amplos em economia.

Ainda na fase inicial, buscou-se construir um banco de dados compilando informações dos municípios supracitados, a partir de fontes oficiais, sendo a principal delas a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, o que destacou a necessidade de um aporte maior de informações para que se pudesse desenvolver a metodologia desejada, uma vez detectados desafios na interpretação das informações/carência de novas informações para análise comparativa. Para tanto, a partir de uma nova abordagem teórica, foi realizada uma nova revisão bibliográfica a fim de compreender o universo de trabalhos científicos relacionados à contribuição econômica do turismo em termos do seu Valor Adicionado.

A principal base de dados empregada nessa revisão foi a plataforma Publicações de Turismo, que dispõe de publicações em periódicos científicos ibero-americanos. Em períodos distintos, foram esgotadas as pesquisas pelos seguintes termos: ECONOMIA DO TURISMO, MATRIZ INSUMO PRODUTO, ECONÔMICO, e VALOR ADICIONADO. Todos com um núro inexpressivo de resultados dentro da abordagem deste trabalho. Destacaram-se, portanto, os autores que trabalharam temas relacionados à economia do turismo citados ao longo deste ensaio e os três trabalhos de Gonçalves (2016, 2018, 2020) por se tratarem do tema relacionado.

O artigo de Gonçalves et. al (2020) apresentou forte relação com o tema central deste projeto no que tange aos procedimentos metodológicos. Gonçalves et. al (2020) procuraram mensurar o tamanho do setor de turismo em Minas Gerais, o que, segundo os autores, pode ser indicado pelo valor adicionado das Atividades Características do Turismo (ACTs).

Pode-se considerar que a grande contribuição deste trabalho é o método, embora se reconheça a relevância dos dados obtidos de sua aplicação. Os autores desenvolveram uma metodologia para desagregação dos dados nacionais para o nível das Unidades da Federação (estados), tornando possível a compreensão da contribuição de Minas Gerais para o turismo a nível nacional e, o dimensionamento do setor turismo do estado. Os resultados do estudo apontam que, de 2010 a 2015 – o recorte temporal analisado, o estado de Minas Gerais contribuiu com, em média, 8,5% do valor adicionado pelas ACTs no Brasil. Os autores ainda apontaram que dentre os grupos de ACT's, em 2015, o grupo alojamento e alimentação representou 59,45% do valor adicionado gerado pelas ACTs; seguido por transporte com 21,08%; artes, cultura e lazer com 12,45%; e serviços administrativos e complementares ao turismo com o percentual de 7,02%.

Pode-se dizer que Caio Gonçalves teve considerável participação no desenvolvimento deste ensaio, uma vez que se propôs prontamente em atender os autores e, a partir das discussões em reunião, obteve-se o balizamento teórico-prático necessário ao desenvolvimento uma metodologia capaz de estimar a dimensão do turismo, entre os anos de 2010 – 2018, em nível municipal, através da mensuração do Valor Adicionado das ACTs. O autor também teve participação na correção final deste trabalho.

Para isto, inicialmente foi realizada uma pesquisa quantitativa que buscou estimar:

1) O Valor Adicionado Bruto dos anos de 2010 a 2018 para o estado de Minas Gerais pelos quatro grupos de atividades econômicas com base nas ACTs (ver Tabela 1 na seção de anexos), são eles:

- A) Transporte, armazenagem e correio;
- B) Serviços de alojamento e alimentação;
- C) Artes, cultura, esporte e recreação;
- D) Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares;

As tabelas a seguir fracionam a Tabela 1 (em anexo) de acordo com os quatro grupos de ACTs e relacionam seus respectivos CNAEs.

2) O total de vínculos de empregos formais nas ACTs no estado de Minas Gerais, por ano. Os vínculos foram extraídos da base de dados nacional da RAIS, utilizando-se os filtros “seção” (classe), que representam os setores turísticos; e “subclasse”, equivalentes às ACTs de cada setor.

3) O total de vínculos dos empregos formais das ACTs no município de Juiz de Fora, por ano, disponíveis na mesma base com os mesmos filtros anteriores.

Quanto aos dados presentes na base da RAIS, foi realizada uma filtragem dos vínculos no emprego formal apenas para as CNAEs consideradas Atividades Características do Turismo nos quatro grupos de atividades (A,B,C e D) e em todos os anos disponíveis (2010 a 2018). De posse das informações obtidas e devidamente relacionadas em tabelas específicas, obtém-se as seguintes variáveis:

- VAmg - Valor Adicionado Bruto do estado de Minas Gerais para determinado grupo das ACTs;
- VEmg - número total de vínculos no emprego formal do estado de Minas Gerais para determinado grupo das ACTs;
- ve - número total de vínculos no emprego formal de Juiz de Fora para determinado grupo das ACTs.

Para encontrar os valores almejados, foi utilizado o método de proporcionalidade através da aplicação da Regra de Três Simples sobre as referidas variáveis. Logo, tem-se que:

A Equação 1 delimita a variável Valor Adicionado Bruto para o município de Juiz de Fora de cada grupo das ACTs, aqui denominado va.

Equação 1:

$$\frac{VEmg}{ve} = \frac{VAmg}{va}$$

Logo:

$$VEmg \times va = ve \times VAmg$$

Tem-se que:

$$va = \frac{ve \times VAmg}{VEmg}$$

A equação anterior especifica que o valor adicionado de uma atividade do grupo de ACTs é obtido pela participação do emprego formal de Juiz de Fora em relação ao total do emprego formal do estado de Minas Gerais nesse grupo de atividade a ser calculado.

A partir dos resultados para *ve*, foram desagregados apenas os CNAEs correspondentes às ACTs conforme Tabela 1, em anexo, o que tornou possível a delimitação da variável *ve(mun)*, que corresponde ao número total de vínculos no emprego formal nas ACTs no município. Ou seja, a desagregação de *ve* para as ACTs determina o valor de *ve(mun)*.

Em sequência, delimitou-se, através a Equação 2, a variável-chave dessa metodologia: Valor Adicionado das ACTs em nível municipal – *va(mun)*.

Destarte, segue o processo empregado pela Equação 2:

$$\frac{ve}{va} = \frac{ve(mun)}{va(mun)}$$

Então:

$$ve \times va(mun) = va \times ve(mun)$$

Assim, o valor da variável *va(mun)* se dá pela razão:

$$va(mun) = \frac{va \times ve(mun)}{ve}$$

Dessa forma, o valor adicionado de determinado grupo de atividade ACTs municipal é obtido pela participação no emprego formal daquelas atividades que são consideradas ACTs dentro do grupo de atividades pelos quais ela pertence no total do município de Juiz de Fora.

A Figura 1 demonstra a aplicação das referidas equações, manual e individualmente, em cada setor turístico para cada ano do período 2010-2018.

Os totais obtidos correspondem a R\$ em milhões a preços correntes.

Figura 1. Aplicação das referidas equações, manual e individualmente.

A	B	C
VINC. TOTAL MG	VALOR ADC.	
337.618	20.361	
VINC TOTAL JF	X	TOTAL
11.786	X	R\$ 710,79
VINC. TOTAL JF	VALOR ADC. JF	
11.786	711	
ACTs JF	X	TOTAL
243	X	R\$ 14,65

Fonte: elaboração própria, 2021.

Ambas as equações foram aplicadas em cada um dos quatro grupos de atividade turística dispostos na Tabela 1 (anexo) em todos os anos, no período de 2010 a 2018.

As fontes de consulta estão contidas no Sistema de Contas Regionais para o período 2010 – 2018, alimentado de informações quanto ao consumo nos setores da economia, através do IBGE. As bases de dados utilizadas foram:

a) A base de dados da RAIS , que fornece o total de vínculos no emprego formal, por ano, por CNAE, em seu modelo mais atualizado, o CNAE 2.0. Esta ferramenta apresenta um alto potencial de desagregação das informações através de um conjunto de filtros que pode ser delimitado pelo consultante, gerando tabelas particulares a cada pesquisa.

b) A tabela Contas da Produção 2010 – 2018 , desenvolvida pelo IBGE através do SCR que, por sua vez, apresenta o cálculo do PIB e do Valor Adicionado das Atividades Econômicas (A, B, C e D) a Preços Correntes, sendo necessário, contudo, desagregar as ACTs dessas atividades A, B C e D quando o intuito é investigar o valor adicionado pelo turismo.

Cumprе ressaltar que o SCR adota uma classificação de produtos e atividades que o torna compatível com as informações obtidas da RAIS, em relação aos dados da CNAE 2.0. (IBGE, 2018), fato este que garante o equilíbrio na proporcionalidade aplicada pelo método desenvolvido. Mais ainda, que, a escolha pela utilização do dado “vínculos empregatícios nas ACTs” pauta-se no fato de que o número de salários pagos aos empregados formais do setor (massa salarial) está diretamente relacionado ao aumento do Produto Interno Bruto – PIB nacional uma vez que pressupõe o aumento da produção.

Embora essas bases apresentem compatibilidade entre si, é fundamental destacar algumas limitações inerentes às mesmas que, portanto, possuem influência sobre o método supracitado:

Por se tratarem de dados secundários, ou seja, aqueles obtidos após análise, tratamento e organização de informações primárias, todos os números levantados foram filtrados e tratados de modo a atender às necessidades desta pesquisa, uma vez que não foram obtidos exclusivamente para tal finalidade;

A obtenção do cálculo de proporcionalidade para o município em relação aos dados estaduais, pressupõe uma determinada linearidade no comportamento dos setores que englobam as ACTs, o que não ocorre em termos práticos, isto é, os setores que compõe as Atividades Características do Turismo se comportam de modos específicos e, muitas vezes, diferentes, em cada município, ainda que dentro de um mesmo estado. Isto ocorre em virtude das particularidades de cada destino, tanto no que diz respeito à sua oferta e demanda, quanto às nuances culturais e sociais de sua população local. Assim sendo, pode-se inferir que os números obtidos demonstram uma aproximação da realidade de Juiz de Fora e não o seu peso final;

Não obstante, por se tratar de uma atividade que envolve, para além de sua economia, fatores sociais, culturais e sazonais, segundo Silva & Silva (2017) o turismo pode ser considerado uma fonte influenciadora para o desenvolvimento de trabalhos informais no mercado. Uma vez que “formalidade” e “informalidade” podem representar a oposição entre o “tradicional” e o “moderno”, respectivamente e, tendo que, os empregos formais são aqueles que podem ser mensurados por possuírem registros de acordo com a

legislação vigente e, opostamente a isto, os empregos informais representem as influências modernas do mercado, sem a preocupação com parâmetros legais para registro e garantia de direitos desta mão-de-obra (uma consequência da urbanização) (Silva & Silva, 2017); os dados coletados nas fontes supracitadas retratam, unicamente, os empregos formais, não considerando o percentual da informalidade devido a escassez de dados concretos compatíveis com as bases de dados pré-existentes.

Para uma elucidação acerca da informalidade nas ACTs, o IPEA (2015) apresenta o relatório de estimativas para a ocupação formal e informal no país que, apesar de estar fundamentada nos dados da RAIS e PNAD (Pesquisa Nacional para Amostra de Domicílios) para ambos os status do emprego, utiliza unidades respondentes, metodologia, coleta e conteúdos próprios para a estimação do emprego informal, o que torna inviável a compatibilização desses. No relatório é possível constatar que, na região Sudeste do país, os empregos informais representam cerca de 43% do total de empregos (formais e informais) nas ACTs no ano de 2013.

Este percentual estima um total de 427.876 trabalhadores sem registro formal a nível Sudeste no referido ano. Tal estimativa corrobora com os estudos anteriores apresentados por Meliane (2012) cujo apontamento demonstra que, no período de 2002 a 2006 a região Sudeste apresentou mais da metade das ocupações no setor (51,6%) por trabalhadores informais. A queda no total da informalidade desde 2006 pode ser justificada por Silva & Silva (2017) quando mencionam as iniciativas do SEBRAE no que fomentam a formalização de diversos trabalhadores do setor turístico uma vez que simplificam os processos burocráticos através da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, de 14 de dezembro de 2006.

Por outro lado, algumas ACTs apresentam uma sobrestimação quanto a sua contribuição no Valor Adicionado uma vez que englobam em seu total o consumo de turistas sem desagregar o consumo realizado rotineiramente pela população local – tal desagregação não é possível para modelos que partem do lado da oferta. Logo, pode-se considerar uma determinada compensação entre a ausência dos dados do emprego informal e a sobrestimação de ACTs específicas.

A seguir, um exemplo dentro de cada grupo de ACT que demonstra CNAEs cujos serviços são utilizados tanto por visitantes quanto pelos locais, contudo, seus respectivos Vas estão computados, integralmente:

- 4922101 – Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto RM;
- 5611201 – Restaurantes e similares;
- 9329801 – Discotecas, danceterias, salões de dança e similares;
- 7721700 – Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos.

Assim, pode-se afirmar que embora o método apresente consistência em seus dados e aplicação, não apresenta os valores econômicos finais da contribuição das ACT'S em Juiz de Fora – MG, mas os estima com determinada proximidade.

Conforme mencionado, o presente método obteve seu balizamento pela metodologia desenvolvida por Gonçalves et. al (2020) para a mensuração do Valor Adicionado das ACTs no âmbito das Unidades da Federação, onde, inicialmente, se calculou o peso de cada ACT dentro dos quatro grupos a partir dos dados da massa salarial extraídos do banco de dados da RAIS. Com este peso, foi possível a aplicação de equações que relacionaram o peso destas ACTs com o Valor Adicionado apresentado pelo Sistema de Contas Nacionais e Regionais.

A principal diferenciação entre os dois métodos é que, no presente, desenvolve-se uma maneira de desagregação individual das informações sobre os vínculos empregatícios de Juiz de Fora, a partir da filtragem das informações estaduais, para compatibilização com o Valor Adicionado existente para Minas Gerais e, a posterior separação de informações a nível municipal de modo a encontrar, através da aplicação de equações para cada grupo de ACTs, o VA ao menor nível de desagregação, o municipal. Neste sentido, os cálculos realizados partiram do emprego de regra de três simples, que consideraram valores pré-existentes em ambas as bases de dados.

Finalmente, afirma-se que as metodologias são semelhantes até o nível do Estado, porém, se diferem no que tange à mensuração a nível municipal, uma vez que, desenvolve-se neste uma forma inédita de desagregação e valoração de dados a nível local (município).

4 RESULTADOS

Como maior resultado deste trabalho, destaca-se a obtenção de seis variáveis capazes de apresentar informações concisas, dentro das limitações metodológicas supracitadas, no que tange aos números do turismo aos níveis geográficos em que se apresentam, são elas:

- Vamg – Valor Adicionado Bruto do estado de Minas Gerais para cada grupo das ACTs;
- Vemg – número total de vínculos no emprego formal do estado nas ACT's;
- va – Valor Adicionado Bruto para o município de Juiz de Fora;
- ve – número total de vínculos no emprego formal do município de Juiz de Fora;
- va(mun) – Valor Adicionado das ACTs em nível municipal.
- ve(mun) – número total de vínculos no emprego formal do município nas ACT's.

A pesquisa quantitativa apresentada, em um primeiro momento, reuniu informações acerca do estado de Minas Gerais, conforme justificam suas variáveis Vamg e Vemg e foram utilizadas para posterior extração de dados a nível municipal.

O relatório emitido pelo SCR oferece informações sobre o Valor Adicionado Bruto do estado de MG, além do Valor Bruto da Produção e Consumo Intermediário para o mesmo recorte de espaço e tempo – dados que não foram diretamente utilizados;

Os relatórios da RAIS fornecem o número total de vínculos empregatícios formais nas classes de CNAEs

consideradas turísticas, ademais, os valores desagregados para cada subclasse dentro de tais setores.

Com base no VA Bruto do estado foi possível o registro do VA Bruto para o município, através da proporcionalidade obtida com a aplicação da Equação 1. Por consequência, obteve-se o relatório com o total de vínculos no emprego formal de Juiz de Fora em todas as ACTs para cada ano e, apoiada nestes valores, a Equação 2 permitiu a contabilização do Valor Adicionado das ACTs em nível municipal, relevante informação para o alcance das análises a seguir.

Mediante aos dados obtidos em cada uma das variáveis relatadas, a Tabela 2, em anexo, compila estes resultados, por grupo de Atividade Característica do Turismo, no período de 2010 a 2018. A seguir, as análises dos principais dados tomam como base, sobretudo, o ano de 2018, uma vez que retrata os números obtidos mais recentes.

Diante dos dados apresentados, obteve-se que o setor com maior representatividade no número de empregos formais nas ACTs, em nível municipal, é o de Alojamento e Alimentação (Grupo B), cujo grau de ocupação das vagas representa 88,31% na média dos nove anos com relação ao total geral de empregos.

No entanto, ao dividirmos a média $va(mun)$ – Valor Adicionado de Juiz de Fora nas ACT por $ve(mun)$ – total de vínculos nas ACTs do município, em cada ano do período, tem-se que este setor representa a menor média de valor adicionado por empregado formal/ano, realidade que se aplica a todos os anos de 2010 a 2018.

A maior contribuição, em cada um dos nove anos do mesmo período, está alocada no Grupo C – Artes, Cultura e Lazer que, em 2018 representou quase R\$345.000 por empregado formal no $va(mun)$. Tal valor supera, em mais de cinco vezes, a mesma análise para o Grupo B, que obteve R\$65.434 por empregado/ano. Já os grupos A e D, apresentam, em 2018, respectivamente, as cifras de R\$105.931mil e R\$114.670mil no $va(mun)$, por empregado formal.

Pode-se afirmar, em nível municipal que, o índice de empregos formais nas Atividades Características do Turismo, em determinado setor, não está diretamente relacionado com a sua contribuição no VA uma vez que os setores com maior percentual de empregados nas ACTs não são os mesmos que possuem o maior VA anual por vínculo. Todavia, o Grupo B possui o maior $va(mun)$ embora represente o menor $va(mun)$ por emprego formal, fato este

que pode ser justificado pelos baixos salários pagos nos setores de Alojamento e Alimentação.

Embora o Grupo A – Transportes represente um total de 12.668 vínculos no município em 2018, apenas 644 estão contidas nas ACTs, representando apenas 5,08% da ocupação pelo setor de turismo. O mesmo ocorre no Grupo D – Serviços administrativos e complementares ao turismo que, no mesmo ano, teve 13.473 ve e, apenas 182 na variável $ve(mun)$, ou seja, 1,35% dos empregos totais ocupados pelas ACTs.

Dentre outras análises obtidas a partir dos valores apresentados na Tabela 2, destacam-se essas últimas, a seguir: com base no Valor Adicionado Bruto total do Brasil, de cada ano no período 2010 – 2018, dado pelas Contas Regionais do IBGE, obtemos a contribuição do turismo de Juiz de Fora para o Brasil. Resultados na Figura 2.

Figura 2. Percentual de contribuição da variável $va(mun)$ no Valor Adicionado Bruto do Brasil.

Ano	VA Bruto Total de Minas Gerais Valor em R\$ bi	$va(mun)$ - soma das ACTs dos 04 grupos Valor em R\$ mi	Contribuição de JF no VA do Brasil
2010	R\$ 305.174.000	R\$ 391.820	0,128%
2011	R\$ 349.632.000	R\$ 423.560	0,121%
2012	R\$ 387.096.000	R\$ 456.330	0,118%
2013	R\$ 428.810.000	R\$ 502.780	0,117%
2014	R\$ 454.153.000	R\$ 591.990	0,130%
2015	R\$ 457.443.000	R\$ 554.190	0,121%
2016	R\$ 478.473.000	R\$ 565.700	0,118%
2017	R\$ 505.076.000	R\$ 604.170	0,120%
2018	R\$ 538.785.000	R\$ 605.160	0,112%

Fonte: elaboração própria, 2021.

Como se pode inferir, a participação do $va(mun)$ no país não pode ser considerada totalmente significativa embora contribua economicamente com o mesmo. Os índices se mantêm estáveis dentro do período com destaque para maior alta em 2014 e uma retração em 2018 com relação aos quatro anos anteriores.

A Figura 4 aponta a contribuição da variável $va(mun)$ sobre o Valor Adicionado Bruto de Juiz de Fora para todos os setores da economia (sem a desagregação das ACTs). Destaca-se que este último foi extraído do Anexo Estatístico sobre o PIB DE Minas Gerais, desenvolvido pela Fundação João Pinheiro para o período 2010 – 2018 com base em dados do IBGE, conforme Figura 3 por não constar na Tabela 2 apresentada nos anexos, posto que, a mesma mensura apenas os dados para o recorte dos quatro grupos de ACTs.

Figura 3. Valor Adicionado Bruto total de Juiz de Fora – sem a desagregação das ACTs.

Ano	Código da Grande Região	Nome da Grande Região	Código da Unidade da Federação	Sigla da Unidade da Federação	Nome da Unidade da Federação	Código do Município	Nome do Município	Valor adicionado bruto dos Serviços, a preços correntes - exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (R\$ 1.000)	Valor adicionado bruto da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (R\$ 1.000)	Valor adicionado bruto total, a preços correntes (R\$ 1.000)
2010	3	Sudeste	31	MG	Minas Gerais	3136702	Juiz de Fora	4.749.600	1.215.120	8.235.872
2011	3	Sudeste	31	MG	Minas Gerais	3136702	Juiz de Fora	5.128.909	1.325.083	8.664.308
2012	3	Sudeste	31	MG	Minas Gerais	3136702	Juiz de Fora	5.922.750	1.463.861	9.900.689
2013	3	Sudeste	31	MG	Minas Gerais	3136702	Juiz de Fora	6.818.167	1.682.127	11.267.227
2014	3	Sudeste	31	MG	Minas Gerais	3136702	Juiz de Fora	7.574.104	1.871.055	12.209.486
2015	3	Sudeste	31	MG	Minas Gerais	3136702	Juiz de Fora	7.723.521	2.052.752	12.524.683
2016	3	Sudeste	31	MG	Minas Gerais	3136702	Juiz de Fora	7.888.808	2.238.390	12.732.858
2017	3	Sudeste	31	MG	Minas Gerais	3136702	Juiz de Fora	8.631.085	2.391.513	13.859.159
2018	3	Sudeste	31	MG	Minas Gerais	3136702	Juiz de Fora	9.000.411	2.472.666	14.465.952

Fonte: elaboração própria, 2021.

Figura 4. Percentual de contribuição da variável *va(mun)* no Valor Adicionado Bruto de Juiz de Fora.

Ano	va - Valor Adicionado Bruto de JF	<i>va(mun)</i> - soma das ACTs dos 04 grupos	Contribuição do <i>va(mun)</i> no <i>va</i>
	Valor em R\$ mi	Valor em R\$ mi	
2010	R\$8.235.872	R\$391.820	4,76%
2011	R\$8.664.308	R\$423.560	4,89%
2012	R\$9.900.689	R\$456.330	4,61%
2013	R\$11.267.227	R\$502.780	4,46%
2014	R\$12.209.486	R\$591.990	4,85%
2015	R\$12.524.683	R\$554.190	4,42%
2016	R\$12.732.858	R\$565.700	4,44%
2017	R\$13.859.159	R\$604.170	4,36%
2018	R\$14.465.952	R\$605.160	4,18%

Fonte: elaboração própria, 2021.

Observa-se uma parcela de contribuição média de 4,55% para todos os anos, contudo, um comportamento de queda no quadro geral de todo o período. Embora os anos de 2011 e 2014, com os percentuais de 4,89 e 4,85 respectivamente, apresentem uma leve elevação em comparação aos anos anteriores, o perfil de queda se mantém constante. O menor índice de participação foi para o ano de 2018, com 4,18%. Diante deste cenário, é possível concluir que o setor de turismo tem se enfraquecido no município, ao longo dos anos e, portanto, torna-se urgente a necessidade de investimentos que fomentem este setor.

Finalmente, com base na Tabela 2, em anexo, é possível afirmar que a variável *va(mun)* – Valor Adicionado das ACTs em nível municipal não acompanha o comportamento de *va* – Valor Adicionado Bruto para o município de Juiz de Fora em todos os grupos. Apesar de os Grupos A, B e D apresentarem uma evolução, em termos que crescimento, ao longo dos anos, assim como *va*, o Grupo C – Artes, cultura, esporte e recreação apresentou queda acentuada em 2012 e se manteve em uma média bastante inferior com relação aos anos de 2010 e 2011, salvo a exceção do ano de 2013 que apresentou evidente recuperação.

Ressalta-se, portanto que o grupo de ACTs que mais contribui com o *va(mun)* é, também, o grupo que mais obteve queda nesta variável ao longo do período, o que sugere ser inevitável a investigação deste comportamento por parte dos gestores, pesquisadores e/ou empresários do setor de turismo no município.

A pesquisa apresentou algumas limitações, dentre elas se destaca a filtragem de informações no banco de dados da RAIS a nível municipal, que suprimiu a CNAE 5229099 – outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente, no grupo de Transportes, que não participou da contabilidade geral. Contudo, representa um singelo número de empregos formais – média 34 para o período e, portanto, não mostrou significativo peso nos valores finais.

Em virtude das características sociais, regionais e sazonais do turismo no Brasil, não se pode mensurar o total de empregos informais no setor que, portanto, não estão contidos nas bases de dados oficiais. Mediante a esta realidade, os números apresentados neste trabalho se referem a valores aproximados da realidade das ACTs em Juiz de Fora.

5 CONCLUSÃO

O objetivo do presente trabalho foi o desenvolvimento de uma metodologia capaz de mensurar a contribuição do setor de turismo no âmbito do município de Juiz de Fora – MG. Para isto, foram realizadas pesquisas quantitativas a fim de compreender o universo dos trabalhos centralizados na Economia do turismo de um modo geral.

A partir destas pesquisas foi possível compreender as mais diversas metodologias, das quais partem seus principais pesquisadores, para obtenção do Valor Adicionado do turismo, o que também revelou a escassez de métodos para a desagregação de dados a nível municipal.

O trabalho de Gonçalves et. al (2020) apresentou um método para a mesma categoria de mensuração, porém, a nível regional, o que serviu de aporte ao desenvolvimento da metodologia própria apresentada neste ensaio. O principal autor atendeu pessoalmente (de modo online) à equipe de pesquisa e a norteou quanto as fontes de pesquisa e etapas do desenvolvimento do método, além de analisar e sugerir alterações na versão final do mesmo, o que representou grande contribuição neste.

Através do recorte das Atividades Características do Turismo – ACTs, foi possível a mensuração dos dados a nível regional no que tangem ao Valor Adicionado destas ACTs. Posteriormente, foi aplicado o método de proporcionalidade através de Regra de Três Simples para a obtenção dos dados desagregados a nível local. De posse destes dados tonou-se possível a visualização da fotografia que contempla os dados econômicos do setor de turismo em Juiz de Fora até o ano de 2018 para fins de posterior interpretação.

Vale salientar que todas as bases para a pesquisa quantitativa realizada partem de fontes oficiais que são, periodicamente, atualizadas pelo IBGE, o que as torna confiáveis. Tal pesquisa, inicialmente, possibilitou a obtenção de bancos de dados a níveis estadual e municipal e poderão servir de aporte para a continuidade deste estudo.

Alguns desafios foram apontados no desenvolvimento da metodologia e na sessão de resultados, ainda assim, vale destacar a necessidade de aproximação do turismo com a disciplina da economia posto que embora estejam diretamente interligados, ainda não se conversam intrinsecamente, tomando complexo o processo de obtenção de dados estatísticos para os pesquisadores em turismo.

Ante ao exposto, pode-se afirmar que a grande contribuição deste trabalho foi sua metodologia, uma vez que, almeja-se que possa desempenhar o papel de fornecer embasamento para outros municípios que desejem diagnosticar sua participação no turismo em níveis locais e, conseqüentemente, regionais e federais. Ainda que balizado pelo método desenvolvido por Gonçalves et. al (2020) até o nível do Estado, o presente diferencia-se ao criar e aplicar uma forma de mensuração em nível municipal.

Este trabalho representa tão somente um ensaio inicial para a mensuração da contribuição da atividade turística em Juiz de Fora e não esgota teorias e fontes de pesquisa para este fim. Foram apresentados os recursos encontrados após pesquisa quantitativa de dados e métodos que serviram de aporte à proposta central e, acredita-se que o mesmo possa servir de contributo para pesquisas e consultas que visem informações a nível municipal.

Destarte, diante da possibilidade de divergências em qualquer uma das informações, destaca-se que este é um resultado, unicamente, de um processo de tentativas e erros, posto que não existe um balizamento comparativo pela inexistência de semelhante metodologia em trabalhos anteriores a este.

Por fim, recomenda-se a sua continuidade para o aprimoramento do método e a obtenção de novas informações que possam justificar novas políticas públicas de investimento no setor e a consequente elevação da contribuição do mesmo para o município em termos sociais e econômicos. Além disso, diante da vasta gama de equipamentos e atrativos turísticos elencados do Plano Municipal de Turismo de Juiz de Fora, entende-se que o município possui grande potencial para a retomada do turismo pós pandemia, bem como o crescimento e fortalecimento do setor a partir de novos investimentos.

Não foram referenciadas produções internacionais, uma vez que, as mais relevantes partem de dados primários (da demanda) e, portanto, não puderam servir de aporte para a metodologia então desenvolvida que contou com informações sobre a oferta diante da escassez daqueles. Com a criação e manutenção de uma Conta Satélite do Turismo (CST) para mensurações deste lado da economia, tais referências mostram-se fundamentais para o desenvolvimento e aplicação de métodos econométricos.

REFERÊNCIAS

- Brasil, Waldineia F. W. (2007). *Memória do turismo: trajetória histórica da EMBRATUR no período de 1966 a 2006*. Centro de Excelência em Turismo. Universidade de Brasília – UNB. Biblioteca Central, Brasília – DF. Link: <https://bdm.unb.br/handle/10483/258>
- Casimiro Filho, F. (2002). *Contribuições do turismo à economia brasileira*. 220 p. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. Piracicaba – SP, 2002.
- Conforto, E. C.; Amaral, D. C.; Silva, S. L. (2011). Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. In: *8º Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto – CBGDP*. Porto Alegre – RS.
- Conselho Municipal De Turismo – COMTUR (2020). *Plano Municipal de Turismo de Juiz de Fora – 2020*. Prefeitura municipal de Juiz de Fora – MG. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/turismo/arquivos/plano_turismo/plano_municipal_de_turismo.pdf> Acesso em: 15 de agosto de 2021.
- Fundação João Pinheiro (2021). Produto Interno Bruto dos municípios de Minas Gerais – ano de 2018. *Estatística & Informações*. Belo Horizonte: FJP, n. 37. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/produto-interno-bruto-pib-de-minas-gerais/>. Acesso em: 17 ago. 2021.
- Gonçalves, C. C. S.; (2016). Valor adicionado do turismo de Minas Gerais: um cálculo com os coeficientes de atendimento turístico. In: *Boletim de Conjuntura Econômica de Minas Gerais Belo Horizonte* Ano 9; 2; 59-71.
- Gonçalves, C. C. S., & Castellane, L. (2018). Determinantes do valor adicionado do turismo de Minas Gerais: uma análise com modelos de dados em painel. *Marketing & Tourism Review*. NEECIM TUR – Núcleo de Estudos e Estratégias em Comunicação Integrada de Marketing e Turismo – UFMG, Belo Horizonte – MG, Edição Especial.
- Gonçalves, C. C. S.; Faria, D. M. C. P.; Horta, T. A. P. (2020). Metodologia para Mensuração das Atividades Características do Turismo: uma aplicação para o Brasil e suas Unidades da Federação. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo – RBTUR*. 14 (3), p. 89-108, set./dez. DOI: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i3.1908>
- Guedes, Vania; Borschiver, Suzana (2005). Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. CINFOM – *Encontro Nacional de Ciência da Informação* VI, 6.
- Hirata, F. A.; Braga, D. C. (2017). *Demanda Turística e o Estudo Sobre Motivação*. Boa Vista – PR.
- IBGE (2018). *Contas nacionais: SCR – Sistema de Contas Regionais*. Brasil 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=sobre>. Último acesso em: 12 de agosto de 2021.
- IPEA (2014). Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS* e da PNAD** 2013, para o Brasil e regiões, *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (IPEA), Brasília, mar. 2015.
- Lima, Lauro V. A. (2017). *Incentivos fiscais e sua influência no valor adicionado produzido pelas empresas*. Dissertação de mestrado – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. UFPB. DOI: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12561>
- Lopes, Sílvia; Costa, M. Teresa; Fernández-Llimós, Fernando; Amante; Maria João; Lopes, Pedro (2012). A Bibliometria e a Avaliação da Produção Científica: indicadores e ferramentas. *Actas dos Congressos Nacionais de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas promovidos pela BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas* desde 1985, 11.
- Meliane, Paulo Fernando (2012). Estrutura e distribuição espacial do trabalho formal e informal no turismo do Brasil: contributos geográficos ao planejamento turístico regional brasileiro. *Revista Turismo & Desenvolvimento*; 1 (17/18), 467- 478.
- Ministério Do Trabalho (2021). PDET – Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho. Base de dados RAIS/CAGED. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- Ministério Do Turismo (2019 a). *Turismo tem faturamento recorde de R\$ 136,7 bilhões em 2019*. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2019/10/turismo-tem-faturamento-recorde-de-r-136-7-bilhoes-em-2019>. Publicado em 02/10/2019 17h17. Acesso em: 29 jun. 2021.
- Ministério Do Turismo (2019 b). Cresce a participação do Turismo no PIB nacional. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/cresce-a-participacao-do-turismo-no-pib-nacional>> *Fundação João Pinheiro* – FJP (2017). Economia do Turismo de Minas Gerais (2010-2014). Belo Horizonte: FJP. Publicado em 07/03/2019 14h00. Acesso em: 29 jun. 2021.
- Moran, M. Roberto; Souza, F. F. De Araújo, Boaventura, J. M. Gama; et al. (20210). Alianças Estratégicas: uma análise bibliométrica da produção científica entre 1989 e 2008. *Revista de Ciências da Administração*, 12 (27), 63-85.
- Neves, Christopher S. B.; Carvalho, I. S. Fernando L. S.; Filippim, Marcos L. (2021). Os impactos da Covid-19 nas viagens de turistas brasileiros: conjuntura e perspectivas na eclosão e n expansão da pandemia no Brasil. *Revista Turismo, Visão e Ação*, 23 (1), 2-25. DOI: <https://doi.org/10.14210/rtva.v23n1>.
- Nodari, M. Z. R. (2007). *As contribuições do turismo para a economia de Foz de Iguaçu*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal do Paraná – UFPR. Brasil. Disponível em:

- <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61869/MARIA%20ZENEIDE%20RICARTI%20NODARI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Pimentel, M. P. C. (2017). Sistematização da disciplina do turismo. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos – ABET*, Juiz de Fora, 8-19.
- Pimentel, T. D. & Pimentel, M. P. C. (2015). Destino turístico como construção coletiva: os atores envolvidos e sua necessidade de articulação. *TURyDES*, 8, 1-13.
- Pimentel et. al (2014). Autopoiése e sistema turístico. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 8(1), 1-17. DOI: <https://doi.org/10.12660/oi.v8n1.32091>
- Portal G1.com. (2019). *Turismo brasileiro tem alta de 2,2% no faturamento e cria 35 mil novos empregos em 2019, aponta pesquisa*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/descubra-o-brasil/noticia/2020/03/09/turismo-brasileiro-tem-alta-de-22percent-no-faturamento-e-cria-35-mil-novos-empregos-em-2019-aponta-pesquisa.ghtml>> 09/03/2020 17h51. Acesso em: 20 dez. 2020
- Rabahy, W. A. (2020). Análise e perspectivas do turismo no Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 14(1), 1-13. DOI: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i1.1903>
- Rocha, Aline Pereira; Mesquita, Roberto De Barros; Meira, Celso Maciel; Milhomem, André Luiz Borges (2019). A produção científica brasileira sobre hotelaria no período 2008-2017: um estudo bibliométrico. *Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR*, Penedo – RJ, 9(2), 87-104.
- Sakowsky, Patrícia A. Morita. (2013). Aspectos metodológicos do sistema integrado de informações sobre o mercado de trabalho no setor de turismo. Texto para discussão / *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA*, Rio de Janeiro. Governo Federal, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Brasília – DF.
- Santos, G. E. D. O., & Kadota, D. K. (2012). *Economia do turismo*. São Paulo: Aleph.
- Santos, G. E. de O. (2016). Pesquisa científica em turismo no Brasil. *Turismo & Desenvolvimento*, 26, 79–88.
- Silva, Aline M. M. Xavier.; Silva, Rodrigo Cardoso (2017). Turismo e Trabalho: Uma Análise do Destino Religioso Santa Cruz – RN. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, 14(02), 01-23.
- Silva, B. J. B.; Sousa Neto, P. B. De; Medeiros, L. S. De; Medeiros, E. H. O. De; Menezes, A. M. De; Sousa, P. T. De; Ramalho, K. de M. (2020). La correlación entre el sector servicios y el producto interno bruto en Brasil. *Research, Society and Development*, [S. l.], 9 (4), e163943040. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i4.3040>
- Soares, P.B.; Carneiro, T.C.J.; Calmon, J. L.; Castro, L. O. C. O. (2016). Análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre Tecnologia de Construção e Edificações na base de dados Web of Scienc. *Revista Ambiente Construído*, Porto Alegre – RS, 16 (1), 175-185.
- Takasago, M. Guilhoto, J. J. M. et al (2010). O potencial criador de emprego e renda do turismo no Brasil. *Pesquisa e planejamento econômico – PPE*. Rio de Janeiro, 40, 439-468. Link: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5092>
- Universidade De São Paulo (2020). PPGTUR – Programa de Pós-Graduação em Turismo. *Publicações de turismo*. Dados econômicos do turismo. Disponível em: <<http://www.each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/lista.php?busca=econ%F4mica&campc=todos>>. Acesso em: 02 set. 2020.
- World Tourism Organization (2019), *International Tourism Highlights, 2018*; Edition UNWTO, Madrid. Disponível em: <<http://www.dados FATOS.turismo.gov.br/estat%C3%ADsticas-e-indicadores/estat%C3%ADsticas-e-indicadores-turismo-mundial.html>> Acesso em 03 jan. 2021.

CrediT author statement

Term	Definition	Author 1	A2	A3
Conceptualization	Ideas; formulation or evolution of overarching research goals and aims		x	x
Methodology	Development or design of methodology; creation of models		x	x
Software	Programming, software development; designing computer programs; implementation of the computer code and supporting algorithms; testing of existing code components		x	x
Validation	Verification, whether as a part of the activity or separate, of the overall replication/ reproducibility of results/experiments and other research outputs	x		
Formal analysis	Application of statistical, mathematical, computational, or other formal techniques to analyze or synthesize study data	x		
Investigation	Conducting a research and investigation process, specifically performing the experiments, or data/evidence collection	x		
Resources	Provision of study materials, reagents, materials, patients, laboratory samples, animals, instrumentation, computing resources, or other analysis tools		x	x
Data Curation	Management activities to annotate (produce metadata), scrub data and maintain research data (including software code, where it is necessary for interpreting the data itself) for initial use and later reuse	x		
Writing - Original Draft	Preparation, creation and/or presentation of the published work, specifically writing the initial draft (including substantive translation)	x		
Writing - Review & Editing	Preparation, creation and/or presentation of the published work by those from the original research group, specifically critical review, commentary or revision – including pre- or post-publication stages		x	x
Visualization	Preparation, creation and/or presentation of the published work, specifically visualization/ data presentation	x		
Supervision	Oversight and leadership responsibility for the research activity planning and execution, including mentorship external to the core team		x	x
Project administration	Management and coordination responsibility for the research activity planning and execution		x	x
Funding acquisition	Acquisition of the financial support for the project leading to this publication		x	x

Source: reproduced from Elsevier (2022, s/p), based upon Brand et al. (2015).

Processo Editorial / Editorial Process / Proceso Editorial

Editor Chefe / Editor-in-chief / Editor Jefe: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido / Received / Recibido: 21.10.2023; Revisado / Revised / Revisado: 30.10.2023 – 30.11.2023; Aprovado / Approved / Aprobado: 30.11.2023; Publicado / Published / Publicado: 29.12.2023. [Re-submissão / Re-submission / 2a Submisión]

Seção revisada às cegas por pares / Double-blind peer review section / Sesión revisada por pares ciegos.